



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU

Município: MANHUAÇU/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	25
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	26
VIII - CONCLUSÃO	26
IX - FOLHA DE ASSINATURA	28
X - ANEXOS	29





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU

CPF/CNPJ: 00.996.849/0001-67

Município/UF: MANHUAÇU-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU

CPF/CNPJ: 00.996.849/0001-67

Município/UF: MANHUAÇU/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: 01/03/2020 a 31/12/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	08/04/2022	20/05/2022
Execução - In loco	23/05/2022	27/05/2022
Relatório	30/05/2022	20/06/2022

Tarefa Nº: 139892

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

III.1 - Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2022, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

III.2 - Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu tendo como unidade visitada o Hospital César Leite, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de 01/03/2020 a 31/12/2021.



III.3 - Caracterização do Objeto de Auditoria:

Manhuaçu é município pólo da microrregião de mesmo nome com 23 municípios adstritos e população total da micro de 344.129 habitantes e também é pólo complementar da Macrorregião de Saúde Leste do Sul que tem como Pólo principal o município de Ponte Nova. O município possui população estimada de 92.074 habitantes (estimativa IBGE Julho/2021). É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Portaria GM/MS nº 2124, de 07 de outubro de 2004.

Para enfrentamento e combate ao COVID-19, o município conta com uma rede de unidades composta de: 22 unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESFs), Policlínica Municipal, Centro de Saúde e Serviços de Apoio Diagnóstico de Manhuaçu, Unidade de Atendimento Intermediário (UAI) e Centro de Enfrentamento à Covid-19 (UAR). No âmbito hospitalar SUS (público e conveniado) conta com 02 (dois) hospitais: O Hospital Público Municipal e o Hospital César Leite Filantrópico.

De acordo com o estudo apontado no Plano de Contingência (Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168 de 04/06/2020) o Hospital Municipal configurou-se como Retaguarda não COVID de média complexidade e o Hospital César Leite foi definido como Referência SRAG, mas mantendo isolados os demais serviços de alta complexidade, incluindo Gestação de Alto Risco e parto habitual, por ter maior capacidade instalada no momento para atender a patologia no município. O estudo pontua que no HCL 10 leitos de UTI já estavam disponíveis para habilitação e com possibilidade de ampliação de mais 20 leitos dependendo de equipamentos e nova habilitação. A área Covid do HCL deveria ser completamente independente, com local distinto, acesso independente e equipe exclusiva.

A Instituição (HCL) foi contemplada com incentivos financeiros federais, estaduais e municipais para enfrentamento à COVID-19 por meio das legislações conforme descrito nos Anexos 01 e 02 deste Relatório, e disponibilizou seus leitos para atendimento conforme dispostas no anexo 05 deste Relatório.

Os leitos disponibilizados para COVID-19 (30 leitos) pelo HCL foram desmobilizados, respeitando a Portaria GM/MS nº 4226 de 31/12/2021 no seu art. 1º §1º, sendo 20 leitos UTI-COVID-19 desativados totalmente. Durante a fase operativa constatou-se que os outros 10 leitos foram convertidos em UTI Adulto Tipo II, os quais foram habilitados pela Portaria GM/MS nº 220 de 27/01/2022, totalizando 19 leitos UTI-II para o SUS.

A SMS de Manhuaçu não efetuou aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Hospital César Leite (HCL) para o enfrentamento à COVID - 19. Todo o fomento realizado pela SMS ao HCL se efetivou por meio de repasses financeiros oriundos de recursos de origem federal, estadual e municipal.

IV - METODOLOGIA

IV.1 - Fase Analítica

Esta auditoria foi desenvolvida por meio de trabalhos analíticos no período de 08/04/2022 a 20/05/2022. Nesta fase, foram realizadas as seguintes atividades:

- Análise do processo SEI nº 1320.01.0134846/2021-51 que deu origem à auditoria;
- Ciência, estudo e verificação dos esboços das Matrizes de Análise e de Coleta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Manhuaçu e do Hospital César Leite;
- Levantamento e estudo do Plano de Contingência para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul;
- Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas da SES (nível central e regional) relativas ao auditado e às ações de enfrentamento da COVID-19;
- Levantamento e estudo das Resoluções, Portarias e demais normativas referentes ao município de Manhuaçu e às ações de enfrentamento da COVID-19;
- Consulta e Levantamento de Dados nos Sistemas de Informações: SIGRES, CNES/DATASUS, FNS; Relatório Business Object, Relatório de Pagamentos Estaduais de recursos Covid e Portal da Transparência Municipal;
- Adequação dos esboços das Matrizes de Análise e Coleta às situações específicas da SMS de Manhuaçu e do Hospital César Leite;
- Apresentação das matrizes pela equipe de auditoria para auditores do Núcleo de Planejamento da Assessoria de Auditoria Assistencial do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SUS/MG, para validação final, por videoconferência;

Análise dos documentos listados a seguir:

- a. Termos de Contratualização firmado entre a SMS/Manhuaçu e o Hospital César Leite;
- b. Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital César Leite, que viabilizaram repasses financeiros e materiais para as ações de enfrentamento da COVID-19 (Termos de Subvenção, Termos de Cessão, Termos de Doação, etc.);
- c. Relação total dos Recursos Financeiros repassados do Fundo Nacional de Saúde (Recursos Federais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
- d. Relação total dos Recursos Financeiro-Materiais repassados do Fundo Estadual de Saúde (Recursos Estaduais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
- e. Relação total dos Recursos Financeiro-Materiais repassados do Fundo Municipal de Saúde (recursos Próprios) para o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
- f. Relatório SIOPS - Exercício 2020 e 2021;
- g. Atos/Decretos/Portarias municipais que tratam de destinação de recursos para enfrentamento da COVID 19;
- h. Documentação que comprove (conforme regra de repasse e instrumento jurídico formalizado) a validação das prestações de contas parciais e/ou totais do Hospital César Leite, referente aos recursos para COVID-19, nas ações de média e alta complexidade;
- i. Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs);
- j. Cópia do cartão de situação cadastral que comprova a inscrição do FMS no CNPJ;
- k. Relação das contas correntes do FMS com identificação de onde ocorreram movimentações dos recursos financeiros para enfrentamento da COVID-19;
- l. Plano de Trabalho de aplicação dos recursos com Relatórios de Acompanhamentos do mesmo ou Relatório Descritivo de Resultados, caso o Hospital tenha sido contemplado com recursos previstos em Resolução SES (ação orçamentária: COVID) com previsão de formalização/acompanhamento do plano;
- m. Relação de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos adquiridos e local de entrega (destinados às ações de média e alta complexidade de enfrentamento à COVID-19);
- n. Processos de dispensa de licitação (referentes às ações de média e alta complexidade de enfrentamento à COVID-19);
- o. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Ano 2020 e 2021 (parte que trata de orçamento da Saúde);
- p. Documentação que comprovem os trâmites para alteração/complementação na LDO e as medidas adotadas para atuação frente à COVID-19;
- q. Plano Municipal de Saúde (2018-2021) (PMS);
- r. Programação Anual de Saúde 2020 e 2021 (PAS);
- s. Atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de aprovação das readaptações do Plano Municipal de Saúde e da Programação Anual de Saúde;
- t. Atas do Conselho Municipal de Saúde constando a apresentação dos RDQAs ao CMS;
- u. Registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores do período auditado;
- v. Relatório Anual de Gestão 2020 e 2021 (RAG) e respectivas atas do Conselho Municipal de Saúde;
- w. Documentos que comprovem que a SMS divulgou as aquisições ou contratações realizadas em decorrência da COVID-19, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da realização dos atos, conforme preconiza a legislação vigente (Sites, Publicações, etc.);
- x. Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da COVID-19 realizadas pelo prestador hospitalar;
- y. Relatórios de monitoramento e controle do Hospital César Leite, por parte da SMS quanto aos registros das taxas de ocupação de leitos Clínicos de UTI/COVID-19 e de Suporte ventilatório (se houver);
- z. Relatórios das internações aprovadas extraídos do SIHD, relativos aos atendimentos COVID-19 do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
- aa. Relatórios ou outro instrumento de monitoramento/acompanhamento dos indicadores e metas pactuados para enfrentamento da COVID-19 do Hospital César Leite;
- bb. Relatórios de inspeção sanitária realizados no Hospital César Leite;
- cc. Instrumento que comprove a avaliação da qualidade da Unidade Prestadora de Serviço e contemple indicadores de resultados e parâmetros de cobertura, produtividade e qualidade;
- dd. Cópia do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19;



ee. Cópia das atas de reuniões com o Hospital para cumprimento do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19;

IV.2 - Fase operativa:

A auditoria operativa foi realizada no período de 23 a 27/05/2022. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Manhuaçu às 16h00min do dia 23/05/2022 e realizou reunião de abertura dos trabalhos com a Gestora Municipal e parte da equipe técnica, visando explicar o objetivo e processo de trabalho da auditoria.

As atividades da fase operativa ocorreram na SMS e consistiram na avaliação de documentos solicitados para verificação "in loco" (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com alguns profissionais estratégicos. Posteriormente a equipe visitou algumas dependências da SMS e da unidade contratada Hospital César Leite, onde foram continuados os trabalhos.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria junto à SMS de Manhuaçu ocorreu logo após o término dos trabalhos no Hospital, na sede da Secretaria no dia 27/05/2022, às 11h30min e contou com a presença da equipe de auditores, da Gestora e de parte da equipe do órgão. Foram finalizados os trabalhos operativos e ratificados os desdobramentos futuros do Processo de Auditoria.

Houve diligência complementar ao Hospital César Leite no período entre 20/06 a 23/06/2022, com intuito de proceder à análise de prontuários médicos de pacientes COVID-19 atendidos na instituição, para melhor esclarecimento do processo de atenção realizado pela entidade.

IV.3 - Limitação:

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648628

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu (SMS) não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital César Leite (HCL) para repasse da maior parte dos recursos financeiros recebidos (de origem Federal) e do Termo de Compromisso 453/7461/2021 celebrado com o Estado (origem Estadual), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaramos repasses.

Evidência: Durante a auditoria, observou-se que o Hospital César Leite recebeu recursos financeiros destinados ao combate a Pandemia do Coronavírus (de origem estadual e federal) conforme registrados no Anexo I deste Relatório. Esses recursos foram repassados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ao Hospital, inexistindo, no entanto, instrumentos jurídicos celebrados para maior parte dos recursos repassados:

- Portaria Federal GM/MS nº 2996/2020 (R\$ 480.000,00) - recurso repassado para o prestador em 04/12/2020 mediante empenho ordinário 7544/2020;

- Portarias Federais GM/MS nº 3295 e GM/MS nº 3296/2020 (R\$ 480.000,00 e R\$ 480.000,00) - recursos repassados para o prestador em 28/12/2020 mediante empenho ordinário 8010/2020;

- Portaria Federal GM/MS nº 3454/2020 (R\$ 960.000,00) - recurso repassado para o prestador em 30/03/2021 mediante empenho ordinário 2258/2021;

- Portaria Federal GM/MS nº 3538/2020 (R\$ 960.000,00) - recurso repassado para o prestador em 27/01/2021 mediante empenho ordinário 734/2021;

- Portaria Federal GM/MS nº 3576/2020 (R\$ 1.440.000,00) - recurso repassado para o prestador em 27/01/2021 mediante empenho ordinário 733/2021;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Os demais repasses financeiros federais no ano de 2021 também não dispunham de instrumentos celebrados, sendo promulgados apenas Decretos Extraordinários.

Os repasses financeiros federais destinados ao combate da Pandemia do Coronavírus (anexo I) que possuem instrumentos celebrados foram realizados com os contratos 101/2020 (Portarias GM/MS 1769 e 2021/2020), 121/2020 (Portaria GM/MS nº 1666/2020) e Termo de Convênio 02 (Portaria GM/MS 1393 e 1448/2020).

Referente aos recursos financeiros oriundos do Termo de Compromisso 453/7461/2021 celebrado com o Estado em que o Prestador foi parte beneficiada, o município também não celebrou instrumento jurídico de repasse.

Os demais recursos estaduais repassados pelo Fundo Estadual de Saúde de MG ao HCL, foram realizados através de celebração de Termo de Metas diretamente como hospital.

*Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017 - arts. 128, 129 e 130 §3º; Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo 2 do Anexo XXIV - artigo 14, Lei Federal nº 8.666/1993, art. 62, caput c/c Decreto Federal nº 9.412/2018, art. 1º, inciso II; Portaria GM/MS nº 3390/2013 - art. 32, § 3º; Lei nº 8.080/90 - art. 24 - Parágrafo Único; Resolução CIT nº 4/2012 - Anexo I, item 4.1 alínea L. e Resolução CIT nº 1/2022 - Anexo III, item 4.1 alínea L; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V e Termo de Compromisso 453/7461/2021 em sua Cláusula Segunda, inciso I, alínea a).

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Manhuaçu - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, extraída em 31/03/2022;

- Cópias de Notas de Processos de Pagamentos/Empenhos Ordinários nº 4358/2020, 5360/2020, 7544/2020, 7754/2020, 7562/2020, 8010/2020, 733/2021, 734/2021, 735/2021 e 2258/2021
- Extratos bancários da Conta: FMS Custeio Manhuaçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.
- Razão de Bancos da Conta FMS Custeio Manhuaçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.
- Termo de Convênio 02/2020 e Aditivo;
- Contratos 101/2020 e 121/2020;
- Decretos Extraordinários COVID-19;
- Termo de Entrevista com Secretária Municipal de Saúde A.L.A.G. tomado em 27/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Com relação aos repasses realizados ao Hospital César Leite, oriundos das portarias nº 2996/2020 (480.000,00) - repassado ao prestador em 04/12/2020 empenho ordinário 7544/2020. E repasses oriundos das portarias nº 3295 e nº 3296/2020 (480.000,00 e 480.000,00) - repassado ao prestador em 28/12/2020 mediante empenho ordinário 8010/2020. Esclareço que para os repasses supracitados houve sim instrumento jurídico celebrados dentre eles termo de convênios e contratos, sendo estes elaborados pela Procuradoria Jurídica do Município e portanto disponíveis atualmente neste referido setor. Reitero que por não estar mais atuando no município não tenho acesso a estes documentos que a época também assinados por mim e por esse motivo tenho o pleno conhecimento de que foram formalizados com a instituição que recebeu os recursos".

O Auditado - SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica) - e a Sra. A.L.A.G. - Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos não apresentaram manifestação para esta constatação.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. alega a existência dos referidos instrumentos jurídicos formalizados junto ao prestador. No entanto, tais documentos supracitados não foram repassados à Equipe nas fases analítica e operativas de Auditoria e a manifestante também não encaminhou comprovação documental da existência de tais documentos.

Não houve manifestação por parte do auditado e responsável A.L.A.G.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Recomendação: Observar a legalidade na formalização de instrumentos jurídicos com os prestadores privados/filantrópicos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), destinados para a operacionalização das ações e serviços de saúde do SUS, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses e com o disposto na Portaria de Consolidação nº 1/2017 - arts. 128, 129 e 130 §3º; Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo 2 do Anexo XXIV - artigo 14, Lei Federal nº 8.666/1993, art. 62, caput c/c Decreto Federal nº 9.412/2018, art. 1º, inciso II; Portaria GM/MS nº 3390/2013 - art. 32, § 3º; Lei nº 8.080/90 - art. 24 - Parágrafo Único; Resolução CIT nº 04/2012 - Anexo I, item 4.1 alínea L e Resolução CIT nº 1/2022 - Anexo III, item 4.1 alínea L; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V e Termo de Compromisso 453/7461/2021 em sua Cláusula Segunda, inciso I, alínea a).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648675

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente o recurso financeiro recebido do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

Evidência: O recurso estadual recebido pela SMS de Manhuaçu para ser repassado ao HCL está discriminado no Anexo 01 e o restante dos recursos repassados diretamente do FES ao HCL estão registrados no Anexo II.

A SMS de Manhuaçu recebeu no dia 14/05/2021 na c.c. nº 63705-X - ag. 316-6 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2020 - o valor total de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais) para repasse específico ao HCL, destinado ao apoio à Estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional.

O recurso só foi repassado ao HCL no dia 22/06/2021, na c.c. nº 3337-3 - ag. 316-6 - CEF, conforme discriminado no Anexo 01.

Muito embora o processo de pagamento esteja dentro dos ditames legais exigidos pelas normas como nota de empenho prévio, assinaturas do ordenador de despesas, liquidante e autorizador de pagamento, ter sido empenhado na classificação orçamentária específica para ações contra Covid, existência de nota fiscal e comprovante de transferência bancária, ocorre que o repasse foi efetivado com atraso (38 dias após recebimento pela SMS).

Tal fato está em desacordo com Decreto Estadual nº 45.468/2010, Cap. IV, art. 11; Resolução SES/MG nº 7461/2021, art.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



1º, 5º e 6º e Termo de Compromisso nº 453/7461/2021 - Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS - alínea c.

Fonteda Evidência:

- Relatório Pagamentos Recursos COVID 2021 - extraída em 08/04/2022;
- Processo de Pagamento do Empenho 3548/2021;
- Relação de Contas do FMS de Manhuaçu;
- Relação de Contas do HCL;
- Prestação de Contas do Recurso Resolução 7461 contendo os extratos bancários da c.c. nº 3337-3 - ag. 316-6 - CEF do HCL do período de maio/2021 a novembro/2021;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica) - e a Sra. A.L.A.G. - Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos - não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análiseda Justificativa: Não houve manifestação por parte do auditado e responsáveis.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00 996.849/0001-67

Recomendação: Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros estaduais para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme disposto no Decreto Estadual nº 45.468/2010, Cap. IV, art.11; Resolução SES/MG nº 7461/2021, art. 1º, 5º e 6º e Termo de Compromisso nº 453/7461/2021 - Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS - alínea c.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00 996.849/0001-67

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 648795

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

Evidência: Os recursos federais recebidos pela SMS de Manhuaçu para serem repassados ao HCL para enfrentamento ao Covid 19 estão discriminados no Anexo 01.

Muito embora os processos de pagamentos estejam dentro dos ditames legais exigidos pelas normas como: nota de empenho prévio, assinaturas do ordenador de despesas, liquidante e autorizador de pagamento, ter sido empenhado na classificação orçamentária específica para ações contra Covid, existência de nota fiscal, comprovante de transferência bancária e dispositivo legal municipal, bem como a partir de alguns empenhos de 2021 a existência de parecer do serviço de controle regulação e avaliação, ocorre que o repasse foi efetivado com atraso (superior ao prazo máximo de 5 dias exigido pela legislação), conforme discriminado nos repasses abaixo:

- Port. GM/MS 1393/2020 - R\$ 745.360,96 - Recebido FMS em 26/05/2020 - Repassado via empenho 4525/2020 em 03/07/2020 (37 dias);
- Port. GM/MS 1448/2020 - R\$ 816.835,73 - FMS em 04/06/2020 - Rep. via empenho 4525 em 03/07/2020 (29 dias);



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Port. GM/MS 1769/2020 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 21/07/2020 - Rep. via empenho 5835/2020 em 03/09/2020 (42 dias);
- Port. GM/MS 2021/2020 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 21/08/2020 - Rep. via empenho 5835/2020 em 03/09/2020 (12 dias);
- Port. GM/MS 2996/2020 - R\$ 480.000,00 - FMS em 12/11/2020 - Rep. via empenho 7544/2020 em 04/12/2020 (22 dias);
- Port. GM/MS 3295/2020 - R\$ 480.000,00 - FMS em 11/12/2020 - Rep. via empenho 8010/2020 em 28/12/2020 (18 dias);
- Port. GM/MS 3296/2020 - R\$ 480.000,00 - FMS em 11/12/2020 - Rep. via empenho 8010/2020 em 28/12/2020 (18 dias);
- Port. GM/MS 3454/2020 - R\$ 960.000,00 - FMS em 22/12/2020 - Rep. via empenho 2258/2021 em 30/03/2021 (87 dias);
- Port. GM/MS 3538/2020 - R\$ 960.000,00 - FMS em 24/12/2020 - Rep. via empenho 734/2021 em 27/01/2021 (33 dias);
- Port. GM/MS 3576/2020 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 24/12/2020 - Rep. via empenho 733/2021 em 27/01/2021 (33 dias);
- Port. GM/MS 561/2021 - R\$ 646.272,00 - FMS em 06/04/2021 - Rep. via empenho 3181/2021 em 07/06/2021 (61 dias);
- Port. GM/MS 567/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 09/04/2021 - Rep. via empenho 3180/2021 em 18/05/2021 (38 dias);
- Port. GM/MS 808/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 07/05/2021 - Rep. via empenho 3561/2021 em 10/06/2021 (33 dias);
- Port. GM/MS 897/2021 - R\$ 1.920.000,00 - FMS em 13/05/2021 - Rep. via empenho 3551/2021 em 10/06/2021 (27 dias);
- Port. GM/MS 1059/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 01/06/2021 - Rep. via empenho 3904/2021 em 27/07/2021 (57 dias);
- Port. GM/MS 1135/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 17/06/2021 - Rep. via empenho 3905/2021 em 27/07/2021 (40 dias);
- Port. GM/MS 1453/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 08/07/2021 - Rep. via empenho 4484/2021 em 27/07/2021 (19 dias);
- Port. GM/MS 1407/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 08/07/2021 - Rep. via empenho 4483/2021 em 27/07/2021 (19 dias);
- Port. GM/MS 1966/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 24/08/2021 - Rep. via empenho 5548/2021 em 17/09/2021 (24 dias);
- Port. GM/MS 2006/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 26/08/2021 - Rep. via empenho 5547/2021 em 17/09/2021 (22 dias);
- Port. GM/MS 2336/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 28/09/2021 - Rep. via empenho 6167/2021 em 14/10/2021 (16 dias);
- Port. GM/MS 2730/2021 - R\$ 1.440.000,00 - FMS em 28/10/2021 - Rep. via empenho 7088/2021 em 18/11/2021 (21 dias);
- Port. GM/MS 2595/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 04/11/2021 - Rep. via empenho 7208/2021 em 23/11/2021 (19 dias);
- Port. GM/MS 3183/2021 - R\$ 215.424,00 - FMS em 02/12/2021 - Rep. via empenho 7998/2021 em 26/01/2022 (54 dias).

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - Seção IV - art. 303.

Fonteda Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Manhuaçu - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, extraída em 31/03/2022;

- Extratos bancários da Conta: FMS Custeio Manhuaçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.

- Razão de Bancos da Conta FMS Custeio Manhuaçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.

- Cópias de Processos de Pagamentos/Empenhos Ordinários nºs 4525/2020, 5835/2020, 7544/2020, 8010/2020, 2258/2021, 734/2021, 733/2021, 3181/2021, 3180/2021, 3561/2021, 3551/2021, 3904/2021, 3905/2021, 4484/2021, 4483/2021, 5548/2021, 5547/2021, 6167/2021, 7088/2021, 7998/2021 e 7208/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Trata-se de não conformidade devido ao repasse de recursos efetivados com atraso. Aos que estão sobre minha responsabilidade referem-se:

Portaria. GM/MS 1393/2020 - R\$ 745.360,96, recebido em 26/05/2020 e repassado em 03/07/2020

Portaria. GM/MS 1448/2020 - R\$ 816.835,73, recebido em 04/06/2020 e repassado em 03/07/2020

Portaria. GM/MS 1769/2020 - R\$ 1.440.000,00 recebido em 21/07/2020 e repassado em 03/09/2020

Portaria. GM/MS 2021/2020 - R\$ 1.440.000,00 recebido em 21/08/2020 e repassado em 03/09/2020

Portaria. GM/MS 2996/2020 - R\$ 480.000,00 recebido em 12/11/2020 e repassado em 04/12/2020

Portaria. GM/MS 3295/2020 - R\$ 480.000,00 recebido em 11/12/2020 e repassado em 28/12/2020

Portaria. GM/MS 3296/2020 - R\$ 480.000,00 recebido em 11/12/2020 e repassado em 28/12/2020

Inicialmente gostaria de salientar que durante todo o pleito (2017/2021) a instituição hospitalar credenciada para realizar atendimentos à população da região de saúde o Hospital César Leite, recebeu todos os recursos a ela destinados por meio de instrumentos jurídicos elaborados pela procuradoria do município, sendo estes baseados na legislação vigente. Portanto estes recursos que tratam as portarias supracitadas também seguiram a mesma normatização, com fluxo de comunicação a instituição da existência do recurso conforme publicação da portaria e nesta oportunidade a solicitação da documentação da instituição com plano de trabalho respectivo para que se pudesse celebrar o convênio ou contrato ou



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



termo congênere. O fato é que o prazo para entrega dos documentos pela instituição e conseqüentemente a finalização do trâmite para execução do repasse e conclusão desta tramitação para execução do repasse excedeu-se, por isso não foi possível cumprir os 5 dias. Vale a pena ressaltar ainda que principalmente àqueles recursos recebidos no mês de dezembro sofreram interferência de feriados nacionais e pontos facultativos. Nas portarias abaixo relacionadas o recurso foi recebido em dezembro e o repasse no pleito seguinte.

Portaria. GM/MS 3454/2020 - R\$ 960.000,00 recebido em 22/12/2020 e repassado em 30/03/2021

Portaria. GM/MS 3538/2020 - R\$ 960.000,00 recebido em 24/12/2020 e repassado em 27/01/2021

Portaria. GM/MS 3576/2020 - R\$ 1.440.000,00 recebido em 24/12/2020 e repassado em 27/01/2021"

O Auditado - SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica) - e a Sra. A.L.A.G. - Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos não apresentaram manifestação para esta constatação.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. alega que repassou todos os recursos financeiros destinados ao Hospital César Leite, porém reitera que não foi de forma tempestiva em decorrência de deficiências na entrega de documentação necessária por parte da instituição hospitalar e dos feriados e folgas de fim de ano. No entanto, a manifestante não encaminhou comprovação documental que ateste que o atraso foi ocasionado por culpa exclusiva do entehospitalar, como registra a responsável.

Não houve manifestação por parte do auditado e responsável A.L.A.G.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Recomendação: Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros federais para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme disposto na Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - Seção IV - art. 303.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648821

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Contrapartida/EC 29

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital César Leite.

Evidência: Em auditoria constatou-se que a SMS de Manhuaçu efetuou repasse de recursos financeiros próprios para as contas do HCL para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade.

Por meio do Termo de Colaboração 021/2020 - Processo de Inexigibilidade 21/2020 - a SMS de Manhuaçu repassou ao Hospital César Leite recursos financeiros oriundos de fontes próprias municipais no montante de R\$ 933.133,20 (novecentos e trinta e três mil, cento e trinta e três reais e vinte centavos), referente objeto custeio de despesas com o pagamento de folha de pessoal atuantes no HCL para atendimento à pacientes do Covid-19.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Além disso, a SMS também efetuou outros repasses ao HCL de recursos federais discricionários de aplicação por parte do gestor municipal, como no caso das Portarias 1666/2020, 2237/2021 e 2242/2021.

Ressalta-se que não foram efetuadas aquisições por parte da SMS de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Hospitalar supracitado para o enfrentamento à COVID-19. Os repasses se efetivaram em forma de recursos financeiros.

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar 141/2012, art. 1º, inciso II e art. 7º e Portaria de Consolidação nº 06/2017, art. 2º.

Fonteda Evidência:

- Extratos bancários da Conta: FMS Custeio Manhauçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.
- Razão de Bancos da Conta FMS Custeio Manhauçu C.C. 59230-7 / AG. 316-6 / B.B.
- Extratos bancários da Conta: FMS Recursos Próprios C.C. 03077-9 / AG 309-1 / ITAU
- Extratos bancários da Conta: FPM C.C. 3645-5 / Ag. 316-6 / BB
- Termo de Entrevista com Secretária Municipal de Saúde A.L.A.G. tomado em 27/05/2022.
- Termo de Entrevista com Chefe do setor de Contratos e Convênios do HCL F.R.M.S. tomado em 27/05/2022.

Conformidade: Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. Pessoa Física responsável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Não consegui identificar o fato não conforme uma vez que no próprio texto da auditoria diz que: "...Tal fato está de acordo com a Lei Complementar 141/2012, art.1º, inciso II e art. 7º e Portaria de Consolidação nº 06/2017, art. 2º".

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Conforme registrado pela Sra. K.G.S.S. a constatação tem polaridade "Conforme" e foi alterada no Relatório Final.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648828

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital César Leite estão em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Em auditoria constatou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do Enfrentamento à COVID-19 destinados ao HCL se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho prévios à despesa, classificação orçamentária adequada - Covid-19 - comprovantes de transferências bancárias, notas fiscais, parecer interno do serviço de controle regulação e avaliação a partir do ano de 2021, decretos extraordinários Covid - ano 2021 e portarias federais/resoluções estaduais de fomento dos recursos.

O Secretário Municipal de Saúde assina ordenando a despesa e quem autoriza o pagamento é o tesoureiro, segregando as funções.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º.

Fonteda Evidência: - Cópia de Processos de Pagamentos - Empenhos Ordinários nºs: 4526/2020, 4525/2020, 5835/2020, 7544/2020, 882/2021, 8010/2020, 2258/2021, 734/2021, 733/2021, 2060/2021, 3181/2021, 3180/2021, 3561/2021, 3551/2021, 3904/2021, 3905/2021, 4484/2021, 4483/2021, 5548/2021, 5547/2021, 6167/2021, 7088/2021, 7208/2021, 7998/2021, 7840/2021, 6168/2021, 6775/2021, 7146/2020, 7754/2020, 7562/2020, 735/2021, 4358 e 5360/20.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 651139



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: O hospital é contratualizado e em entrevista com o gerente do Serviço de Controle Avaliação e Regulação-SCAR, o Sr. A. F., foi informado que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização não está funcionando, ainda não foi empossada, não havendo avaliações qualitativas e quantitativas do período analisado. A legislação correlata estabelece a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas, para que o prestador de serviço não seja penalizado, mas não a suspensão do acompanhamento e avaliação do contrato durante a pandemia. Assim, a contratualização não está sendo acompanhada pelo município.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 13.992/2020 art.1º, atualizada pela Lei 14.189/2021 e Portaria da Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 33, Terceito termo Aditivo do Termo de Contratualização nº 143/2019 no anexo Técnico I, itens 1.3 e 1.4.

Fontes da Evidência: - Termo de Contratualização nº 143/2019 e seus aditivos entre a SMS de Manhuaçu e Hospital César Leite;
- Termo de Entrevista do gerente do SCAR-SMS de Manhuaçu, o Sr. A. F., em 26/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. (Pessoa Física) responsável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Com relação ao acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19, celebrados no ano de 2020, faço saber que até o dia 31/12/2020...a equipe de regulação e auditoria da secretaria municipal de saúde de Manhuaçu realizou os acompanhamentos in loco e também por meio de documentos formais enviados pelo Hospital César Leite a secretaria municipal de saúde, referente aos recursos recebidos para enfrentamento da COVID 19. É válido ressaltar que os prazos para prestações de contas e apresentação de resultados quantitativos e qualitativos não estavam expirados, pois os recursos recebidos em sua grande maioria foram no segundo semestre de 2020, sendo portanto sua prestação de contas aprazada para o ano de 2021, conforme estava previsto no contrato...Ressalto ainda que existia no ano de 2020 um comitê de enfrentamento à COVID municipal...que por inúmeras vezes apresentou informações sobre o atendimento realizado e a utilização destes recursos para os mesmos."

Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu (Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte manifestação por meio do Ofício S.M.S Nº 24/2023: "Versa o presente expediente sobre providências adotadas por esta secretaria municipal de saúde-SMS de Manhuaçu...Considerando a Lei Federal nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas...Lei Federal nº 14.123, de 10 de março de 2021, que prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas...Por causa da pandemia de coronavírus, a SMS de Manhuaçu teve no seu entendimento que ficou suspensa a avaliação das metas quantitativas e qualitativas do contrato nº 143/2019 e seus aditivos do prestador Hospital Cesar Leite, sendo que essas leis foram editadas para suspender a obrigatoriedade de manutenção dessas metas, e que as metas passaria ser cumpridas na integralidade a partir da competência julho de 2021. A SMS de Manhuaçu adotou as medidas corretivas da Constatação nº. 651139, durante o exercício de 2021, que promovam a execução do acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos...com a composição da equipe do CAC. No dia 27 de setembro de 2022, foi empossada a Comissão de acompanhamento da Contratualização (CAC)...para apuração do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas financeiras e do acompanhamento e avaliação dos indicadores pactuados e suas respectivas metas qualitativas do 1º quadrimestre do ano de 2022 para o Contrato nº 53/2022 de origem Inexigibilidade Nº 03/2022, que veio substituir o contrato nº 143/2019...Foi gerado o relatório final das metas contratuais do Contrato nº 53/2022. (Em Anexo)."

A Sra. A.L.A.G. - (Pessoa Física) responsabilizável à época dos fatos não apresentou manifestação para esta constatação.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. alega que foi feito acompanhamento do contrato in loco e por meio de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



documentos encaminhados pelo Hospital César Leite. Contudo, não foi apresentado nenhum documento comprobatório dessa análise e nem mesmo a existência e composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização na época, que é a instância responsável pelo processo de acompanhamento e avaliação dos resultados sistematicamente alcançados pelos prestadores de ações e serviços de saúde, pactuados por meio do contrato. Toda a legislação correlata é clara quanto à responsabilidade da gestão quanto ao monitoramento e avaliação, com mecanismos e instrumentos claros de acompanhamento, o que não foi executado.

Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu alega que a Lei 13.992/2020, alterada pela Lei 14.189/2021, suspende a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas. Contudo a lei não suspende o processo de acompanhamento da contratualização, mas sim o pagamento parcial das metas não atingidas, devendo pagar integralmente o valor da contratualização. E para verificar as metas não atingidas faz-se necessário acompanhar e avaliar a execução do contrato pelo prestador de serviços, mesmo no período de pandemia (com documentação comprobatória apresentada pelo prestador de serviços). Contudo foi empossada a Comissão de Acompanhamento de Contratualização em 27/09/2022 e apresentado o Relatório de aferição do cumprimento de metas contratuais pelo prestador Hospital Cesar Leite do 2º quadrimestre de 2022.

Diante do exposto, considera-se que foram apresentadas parcialmente justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Recomendação: Realizar o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com os prestadores contratados/conveniados ao SUS, conforme disposto na Lei Federal nº 13.992/2020, alterada pela Lei 14.189/2021, Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, Seção VII art. 37 §3º, item VII, Terceiro termo Aditivo do Termo de Contratualização nº 143/2019 no anexo Técnico I, itens 1.3 e 1.4 e Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde/MS/2016.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 650680

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Manhuaçu não fez avaliação e monitoramento diário da ocupação dos leitos em todo o período analisado.

Em análise da Planilha do Sistema SUS Fácil foi verificado 492 ocorrências de Negativas no ano 2020 e 2051 ocorrências no ano de 2021, onde todas as justificativas registradas constam o mesmo motivo "Não há leito disponível".

Segundo o Gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação-SCAR, o Sr. A.F., não tem dados do ano de 2020, além de que o Hospital César Leite deixou de enviar a relação dos pacientes COVID-19 assistidos em agosto/2021. Contudo, é feito o acompanhamento mensal da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite



no ano de 2021.

Foi relatado que os pacientes de Manhuaçu são recebidos pela Unidade de Apoio Respiratória - UAR (SMS) que ficou como porta de entrada e regulação das internações para o HCL, e os demais pacientes da região regulados pelo SUSFácil. A SMS iniciou o controle mensal da ocupação, a partir do monitoramento das internações no ano de 2021.

Concluindo, não houve acompanhamento e monitoramento diário da ocupação dos leitos COVID-19 no prestador de serviço pela SMS/Manhuaçu no período analisado.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus-COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul-item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV; Termo de Contratualização nº 143/2019, item d.8, Contrato da SMS/Manhuaçu como Hospital César Leite n 101/2020, cláusula 6ª da Fiscalização, item 6.2 e 6.3.

Fontede Evidência: - Planilhade Acompanhamento mensal do SISAII do SCAR-SMS de Manhuaçu;
- Planilha de relatório de Negativas SUSFácil de 2020 e 2021;
- Termo de Entrevista do Gerente do SCAR-SMS de Manhuaçu Sr. A.F. do dia 26/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A Sra. K.G.S.S. (Pessoa Física) responsável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Sobre o acompanhamento da ocupação dos leitos...a instituição Hospital César Leite encaminhou no ano de 2020 diariamente o boletim estatístico de internações, inclusive separando a taxa de ocupação dos leitos de UTI e de leitos de enfermaria. Tal informação também foi disponibilizada publicamente para a sociedade, tendo em vista a gravidade da situação e a preocupação em manter a população informada dos riscos que tínhamos em determinados momentos onde a taxa de ocupação chegou a 100%. A gestão dos leitos era realizada de forma compartilhada com a secretaria de saúde e por isso inúmeras reuniões foram realizadas, inclusive estas discussões embasaram a necessidade de abertura de leitos e readequação de leitos existentes para esta finalidade. O acompanhamento realizado também serviu de base para pauta de reuniões realizadas em 2020 com gestores da região de saúde, uma vez que o hospital recebe pacientes de toda a região de saúde."

Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu (Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte manifestação por meio do Ofício S.M.S N° 24/2023: "Versa o presente...Visando responder a esta questão, não foi possível o cumprimento total do acompanhamento da ocupação dos leitos do Prestador Hospital Cesar Leite, pelo serviço de controle avaliação, conforme o Plano de Contingência Operativo para infecção humana pelo SARS COV-2 da Macrorregião Leste do Sul - No Item V. SISTEMA DE APOIO...Nas situações em que, foi descrita acima, essa atribuição estava a cargo do Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19 de Manhuaçu se reunia periodicamente, assim como reuniões extraordinárias para as deliberações e para acompanhamento da ocupação dos leitos, que era repassa pelo senhor Chardson Roberto da Paixão, coordenador do planejamento do HCL, juntamente com os representantes da Educação, Saúde, judiciário e polícia militar e a 01 representante da comunidade, juntamente com Sr. Juliano Estanislau, gerente Regional de Saúde - Manhumirim/MG para composição do comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19, sempre que necessário, para juntos traça as ações e condutas a serem adotadas. Desta forma, essa atribuição ficou a cargo do comitê...Informamos que, o Serviço de Controle Avaliação, neste sentido, este órgão da SMS vem mantendo um esforço de propiciar a todos os integrantes da equipe de controle e auditoria, que estão sendo realizadas tratativas internas para atualização e monitoramentos dos leitos e a ocupação semanalmente em in loco por um enfermeira auditora e contratação de novo integrante medico na equipe, que atualmente a SMS conta com três médicos auditores. Esse novo medico contratado esta incumbido para revisão dos prontuários no HCL."

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. relata que o prestador de serviços de saúde encaminhava diariamente o boletim estatístico de internações, contudo a gestão não relata instrumento de controle dos leitos e nem mesmo avalia o quantitativo diário de negativas pelo hospital no SUSFácil. Informa que nesse período o controle dos leitos pelo Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19, que tinha a finalidade de montar estratégias e medidas de prevenção à proliferação do vírus no município e não de acompanhar e regular os leitos disponíveis. Alegou-se que a gestão dos leitos era realizada de forma compartilhada, sem apresentar documentação comprobatória (instrumento ou ferramenta) dessa gestão.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu reitera a constatação que em 2020 e 2021 não houve cumprimento total do acompanhamento da ocupação dos leitos do Prestador Hospital Cesar Leite, pelo serviço de controle avaliação. Ficou nesse período o controle dos leitos pelo Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19, sendo que o SCA não acompanhou e não regulou os leitos disponíveis. Contudo a SMS/Manhuaçu por meio do seu SCA informa que está desenvolvendo a partir de 2022 o monitoramento dos leitos e sua ocupação, semanalmente em loco, sendo executado por profissional enfermeiro.

Diante do exposto, considera-se que foram apresentadas parcialmente justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Recomendação: Realizar acompanhamento da ocupação dos leitos dos prestadores contratados/conveniados ao SUS e utilizar a ferramenta do SUSFácil para tomada de decisões quanto à gestão dos leitos no município, conforme disposto na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus-COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul-item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV; Termo de Contratualização nº 143/2019, item d.8, Contrato da SMS/Manhuaçu com o Hospital César Leite nº 101/2020, cláusula 6ª da Fiscalização, item 6.2 e 6.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 650681

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu realiza parcialmente o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital César Leite, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que existem ações pontuais de monitoramento, por parte da SMS de Manhuaçu, em relação à produção de internações por COVID-19 realizadas pelo Hospital César Leite.

No ano de 2020 não houve monitoramento das ações do hospital, mas no ano de 2021 o monitoramento ocorreu por meio de planilha Excel, constando todas as internações COVID, realizando o controle da produção informada pelo Hospital no SIH/SUS.

O Serviço de Controle, Avaliação e Regulação-SCAR atesta os procedimentos realizados pelo prestador de serviços quanto ao controle dos leitos da UTI COVID para o repasse do recurso financeiro, sendo assinado pelo responsável e pela gestora.

O município conta com 2 (dois) médicos revisores hospitalares, no entanto, no período pandêmico, não ocorreu revisão dos prontuários, sendo os mesmos autorizados no SUSFácil.

Atualmente o serviço está sendo reestruturado com nova equipe de profissionais para acompanhar e avaliar os procedimentos pós-fixados de neonatologia, hemodinâmica, leitos novos de UTI, neurocirurgia e cirurgias eletivas executados pelo Hospital César Leite, com monitoramento das ações e verificação "in loco" por amostragem.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1.n; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, e como Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH de janeiro/2017, item 4.3, p. 9.

Fontede Evidência: - Planilhade Acompanhamento mensal do SISAII do SCAR-SMS deManhuaçu;
- Declaração serviços UTI-COVID do SCAR-SMS deManhuaçu referente a 03/2021 ede 12/2021;
- Termo de Entrevista do Gerente do SCAR-SMS/Manhuaçu o Sr. A.F. do dia 26/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. (Pessoa Física) responsável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Trata-se do controle e avaliação da produção... tal afirmação não é verdadeira, ressaltando ainda que este possivelmente é o período que houve o maior controle e avaliação da produção hospitalar pelo serviço de auditoria desta secretaria e até mesmo pela própria gestão. Foi o período mais crítico vivenciado no município e na região de saúde, os leitos disponíveis em alguns momentos não foram suficientes e a o receio pelo agravamento da situação nos obrigava a fazer o controle diário da ocupação de leitos existentes para esta finalidade. A equipe gestora do hospital, composta também por profissionais de saúde realizavam um controle interno e sempre fornecia informações adicionais para que a secretaria pudesse exercer seu papel. Todos os registros deste monitoramento foram arquivados na própria secretaria e ficaram a disposição da gestão que iniciou em janeiro de 2021."

Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu (Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte manifestação por meio do Ofício S.M.S nº 24/2023: "4.3 AUTORIZAÇÃO DE AIH O prazo decorrido entre a internação, solicitação da AIH e a autorização do gestor tanto para os casos eletivos como para casos de urgência, é uma decisão do gestor local. O sistema dá uma advertência para prazos acima de 72 horas, mas não bloqueia ou rejeita a AIH. No estabelecimento público o autorizador pode ser o diretor clínico, técnico ou outro profissional designado por ele, a critério do gestor. Na rede complementar, o autorizador deve ser vinculado ao gestor. O gestor deve definir as condições e o local para a autorização e emissão do número da AIH. A digitação dos dados da internação pode ser feita mesmo antes de ter o número da AIH e inserir quando for disponibilizado pelo gestor. São profissionais competentes e responsáveis pelos laudos de solicitação para internação hospitalar... Faremos a devida adequação e as revisões dos prontuários e continuaremos aprimorando com a devidas atualização e os monitoramentos com expansão dos serviços do contrato com o Hospital Cesar Leite devido os problemas causados pela pandemia. Foi devidamente justificado, de quaisquer das premissas anteriormente citadas no relatório auditoria que realizou avaliações parcialmente a respeito de monitoramento da produção do exercício de 2021 até o momento."

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. relata que houve maior controle e avaliação da produção hospitalar pelo serviço de auditoria no ano de 2020, contudo não foram apresentadas análises, monitoramentos ou instrumentos utilizados para o controle e avaliação dos serviços prestados pelo prestador de serviço. A SMS por meio do seu Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, tem a finalidade de monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial de acordo com a legislação correlata. E esse monitoramento, no período de 2020 e parte de 2021 não foi apresentado comprobativamente.

Justificativa 2 - A SMS/Manhuaçu apresentou instrumento de monitoramento, controle e avaliação de parte das internações ocorridas em 2021, como também planilha da análise que está sendo feita atualmente.

Diante do exposto, considera-se que foram apresentadas parcialmente justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Proceder ao controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital César Leite, no atendimento de casos da COVID-19 e de forma geral conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1.n; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, e com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH de janeiro/2017, item 4.3, p. 9.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648920

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCL, conforme estabelecido em normas que regulamentam os repasses das Portarias GM/MS 1769/2020, 2021/2020, 2996/2020, 3296/2020, 3576/2020, 431/2021 e Resolução SES/MG nº 7461/2021.

Evidência: Em análise da documentação apresentada e diligências realizadas junto à SMS e HCL, procedeu-se à avaliação da prestação de contas referente aos repasses das Portarias Federais e Resolução Estadual supracitadas e constatou-se que a SMS Manhuaçu não emitiu parecer adequado acerca das prestações de contas parcial e/ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao Hospital para os seguintes recursos:

- Portarias GM/MS nº 1769/2020 e 2021/2020 - Recurso Específico para repasse ao HCL: A SMS repassou ao HCL na data de 03/09/2020 o montante de R\$ 2.880.000,00 referente às duas portarias, mediante empenho 5835/2020. O hospital utilizou os recursos e não encaminhou as prestações de contas alegando que não foi instruída pela SMS acerca da necessidade de referida prestação. Além disso, a Equipe comprovou que no Contrato 101, ressalte-se que foi um dos poucos recursos repassados com instrumento jurídico celebrado, a inexistência de cláusula específica que tange sobre a prestação de contas do recurso recebido pela Entidade, fato também alegado por representante do Hospital para o não encaminhamento da referida prestação de contas. Até a finalização dos trabalhos operativos (27/05/2022) a SMS ainda não havia se posicionado acerca da referida inexistência da prestação.

- Resolução SES/MG nº 7461/2021 - Recurso Estadual para repasse ao HCL: A SMS repassou ao HCL na data de 22/06/2021 o montante de R\$ 315.000,00, mediante empenho 3548/2021. O hospital utilizou os recursos encaminhou a prestação de contas no dia 24/03/2022 mediante Ofício HCL nº 60/2022. A SMS alegou que não ter fornecido parecer devido à existência de pendências documentais por parte do hospital, mas não forneceu à equipe de auditoria documentação comprovando que houve análise e corroborando as referidas pendências.

- Para as Portarias GM/MS nº 2996/2020, 3296/2020, 3576/2020 e 431/2021 também foi alegado pendências documentais, mas as prestações de contas só foram entregues em 25/04/2022, não havendo comprovação do acompanhamento por parte da SMS e cobrança pela entrega atrasada das referidas prestações.

- Para as Portarias 561/2021, 808/2021, 1135/2021, 1407/2021, 2006/2021, 2595/2021 e 2242/2021 as prestações só foram entregues em 13/05/2022 e ainda estão em prazo regulamentar para avaliação pela SMS Manhuaçu.

- Para as Portarias 1393/2020, 1448/2020, 3295/2020, 3454/2020, 3538/2020, 567/2021, 897/2021, 1059/2021, 1453/2021, 1966/2021, 2336/2021, 2730/2021, 3202/2021 a SMS já emitiu certidão aprovando as referidas prestações de contas.

Ressalte-se que além de não dispor de cláusula específica sobre prestação de contas nos poucos instrumentos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



celebrados (p. ex. contratos 101 e 121), a inexistência do instrumento jurídico na maioria dos recursos financeiros para combate ao COVID-19 repassados ao HCL, dificultou o devido acompanhamento, controle e análise da utilização dos mesmos e fragilizou a Administração Pública Municipal em seu papel de gestor e controlador dos gastos com os recursos COVID.

Tal fato está em desacordo com PTC/MS nº 02/2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II; Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; Portaria GM/MS nº 1666/2020 - art. 6º; Resolução SES/MG nº 7461/2021 arts 8º e 9º e Termo de Compromisso nº 453/7461/2021 - Cláusula Segunda - Item I - alíneas i), j) e v).

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Manhuaçu - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, extraída em 31/03/2022;

- Notas de Processos de Pagamentos/Empeños Ordinários nº 5835/2020, 7562/2020, 7754/2020, 735/2021 e 3548/2021;
- Ofícios HCL nº 138/2021, Ofícios HCL nº 59/2022, Ofícios HCL nº 60/2022, Ofícios HCL nº Ofícios HCL nº 65/2022, Ofícios HCL nº 86/2022;
- Certidões de Prestação de Contas Emitidas pela SMS;
- Relatórios da SMS atestando a entregadas prestações de contas;
- Termo de Convênio 02/2020 e Aditivo;
- Contratos 101/2020 e 121/2020;
- Decretos Extraordinários COVID-19;
- Termo de Entrevista com Secretária Municipal de Saúde A.L.A.G. tomado em 27/05/2022.
- Termo de Entrevista de F.R.M.S. Chefe do Setor de Contratos e Convênios do HCL, tomado em 27/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. Pessoa Física responsável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Referente a prestação de contas de recursos da Portaria GM/MS nº 1769/2020, não identificado pela equipe de auditoria em cláusulas no contrato 101. Conforme já re. latado anteriormente os contratos eram elaborados pela procuradoria geral do município seguindo-se a legislação vigente, sendo assim acredito que se não houve uma cláusula específica para prestação de contas, tal procedimento deve estar previsto em dentro de alguma das demais cláusulas do contrato uma vez que trata-se de item fundamental. Por não estar atualmente na gestão, não tenho acesso ao contrato 101 para realizar a leitura minuciosa em busca deste item e assim podendo referenciá-lo aqui".

O Auditado - SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica) - e a Sra. A.L.A.G. - Pessoa Física responsável à época dos fatos não apresentaram manifestação para esta constatação.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. alega apenas dificuldades de acesso ao Contrato 101 e tergiversa sobre a existência de cláusulas de prestação de contas nos contratos celebrados com o prestador. No entanto a manifestante não encaminhou comprovação documental das alegações apresentadas. A Equipe ratifica que o fato de não dispor de cláusula específica sobre prestação de contas nos poucos instrumentos jurídicos celebrados (p. ex. contratos 101 e 121) e a inexistência do instrumento jurídico na maioria dos recursos financeiros para combate ao COVID-19 repassados ao HCL, fragilizou a Administração Pública Municipal em seu papel de gestor e controlador dos gastos com os recursos COVID junto ao prestador. É de suma importância a formalização e o consequente acompanhamento dos gastos dos recursos do SUS.

Não houve manifestação por parte do auditado e responsável A.L.A.G.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU 00.996.849/0001-67

Recomendação: Analisar e validar adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas dos gastos de recursos financeiros repassados aos prestadores contratados/conveniados ao SUS, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação do SUS/MS nº 02/2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II; Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; Portaria GM/MS nº 1666/2020 - art. 6º; Resolução SES/MG nº 7461/2021 arts 8º e 9º e Termo de Compromisso nº 453/7461/2021 - Cláusula Segunda - Item I - alíneas i), j) e v).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00.996.849/0001-67

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648337

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: A SMS de Manhuaçu promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde-PMS e na Programação Anual de Saúde-PAS inserindo ações e os recursos ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Após analisar o PMS de Manhuaçu 2018/2021 enviado pela SMS de Manhuaçu, verificou-se que foram acrescentados os ajustes referentes ao enfrentamento da COVID-19 na Diretriz número 5 como respectivos objetivos, quais sejam:

- Objetivo 5.1 - Gerenciamento eficiente e eficaz da saúde durante a crise municipal gerada pela Pandemia;
- Objetivo 5.2 - Adequação da Rede de Saúde às Necessidades da Emergência;
- Objetivo 5.3 - Prevenção e Tratamento da COVID-19.

O referido instrumento foi aprovado em Ata pelo Conselho Municipal de Saúde de Manhuaçu em 13/12/2017.

A PAS de 2020 e 2021 também foram analisadas e verificou-se que foram inseridas em ambos, na DIRETRIZ Nº 5 - Estabelecimento de resposta rápida para a prevenção, controle e tratamento da emergência de saúde de magnitude pandêmica causada pela COVID-19, quais sejam:

- Objetivo 5.1 - Gerenciamento eficiente e eficaz da saúde durante a crise municipal gerada pela Pandemia;
- Objetivo 5.2 - Adequação da Rede de Saúde às Necessidades da Emergência;
- Objetivo 5.3 - Prevenção e Tratamento da COVID-19.

Em ambos instrumentos foram incluídas as Ações a serem desenvolvidas e metas a serem alcançadas e apresentaram os Demonstrativos da Programação de despesas, recursos, natureza e fontes dos recursos.

Tanto o PMS de Manhuaçu como a PAS de Manhuaçu tiveram alterações em decorrência da COVID-19, com aprovação ad referendum em Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Manhuaçu, por meio da Resolução do CMS nº 8 de 29/10/2020 em decorrência da COVID-19.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- Plano Municipal de Saúde de Manhuaçu de 2018 a 2021;
- Ata do CMS de 13/12/2017;
- PAS dos anos de 2020 e 2021;
- Resolução nº 008 de 29 de Outubro de 2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648461

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Aprovação pelo Conselho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu apresentou os RDQAs do 2020 ao Conselho Municipal de Saúde-CMS e à Câmara dos Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Após análise dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior-RDQAs do ano de 2020, apresentados pelo auditado, verificou-se que a SMS de Manhuaçu apresentou o RDQA do 1º Quadrimestre/2020 sem contemplar ações de combate ao COVID-19 em virtude de ainda não haver casos da doença.

Com relação aos RDQAs do 2º Quadrimestre /2020 e 3º Quadrimestre/2020 verificou-se que foram informados os seguintes dados referentes ao enfrentamento da COVID-19:

Diretriz Nº 5 - Estabelecimento de resposta rápida para a prevenção, controle e tratamento da emergência de saúde de magnitude pandêmica causada pela COVID -19

-Objetivo 5.1-Gerenciamento eficiente e eficaz da saúde durante a crise municipal gerada pela Pandemia;

-Objetivo 5.2- Adequação da Rede de Saúde às Necessidades da Emergência;

-Objetivo 5.3-Prevenção e Tratamento da COVID-19;

Através das Resoluções do Conselho Municipal de Saúde nºs 05 de 30/09/2020 e 09 de 29/10/2020, foram aprovados, ad referendum, os RDQAs do 1º e 2º quadrimestres de 2020 e através da Resolução nº 04 de 26/05/2021 do CMS foram aprovados os RDQAs dos três quadrimestres do ano de 2020.

O RDQA do 1º quadrimestre foi aprovado pela Câmara dos vereadores em 04/06/2020 conforme Ofício 66/2020/SLEG; o RDQA do 2º quadrimestre foi aprovado em 17/09/2020, conforme Ofício nº 202/2020/SLEG e o RDQA do 3º quadrimestre de 2020 foi aprovado em 25/02/2021, em audiência Pública de acordo com Ata Eletrônica da Câmara dos Vereadores de Manhuaçu.

Tal fato está de acordo com Portaria da Consolidação nº 1/2017, Título IV art. 100, incisos I, II, III; Nota Técnica nº 7/2020-CGFIPI/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fontes da Evidência: - RDQAs dos três quadrimestres de 2020;

- Resolução CMS nº 5 de 30/09/2020;

- Resolução CMS nº 9 de 29/10/2020;

- Resolução CMS nº 4 de 26/05/2021;

- Ofício 66/2020/SLEG da Câmara dos Vereadores;

- Ofício 202/2020/SLEG da Câmara dos Vereadores;

- Ata Eletrônica da Câmara dos Vereadores de 25/02/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648472

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu apresentou os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior-RDQAs do ano de 2021 ao Conselho Municipal de Saúde-CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Após análise dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior-RDQAs do ano de 2021 apresentados pelo auditado, verificou-se que a SMS de Manhuaçu apresentou o RDQA do 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2021 e que foram informados os seguintes dados referentes ao enfrentamento da COVID-19:

Diretriz Nº 5 - Estabelecimento de resposta rápida para a prevenção, controle e tratamento da emergência de saúde de magnitude pandêmica causada pela COVID -19

-Objetivo 5.1 Gerenciamento eficiente e eficaz da saúde durante a crise municipal gerada pela Pandemia;

-Objetivo 5.2- Adequação da Rede de Saúde às Necessidades da Emergência;

-Objetivo 5.3-Prevenção e Tratamento da COVID-19;

Através das Resoluções do Conselho Municipal de Saúde nº 03 de 26/05/2021 e nº 06 de 29/09/2021 foram aprovados, os RDQAs do 1º e 2º quadrimestres de 2021 e o RDQA do 3º quadrimestre foi aprovado em Ata no dia 08/06/2022.

Os RDQAs dos três quadrimestres foram apresentados à Câmara de Vereadores conforme ofícios do poder Legislativo Municipal: Ofício nº 01/COFTC de 03/02/2022, Ofício nº 73/2021/GP de 04/03/2021 e Ofício 115/2021/GP de 10/03/2021.

Tal fato está conforme a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título IV, art. 100 incisos I, II, III; Nota Técnica nº



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



7/2020-CGFIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, e 5.3.

Fonte da Evidência: - RDQAs do 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2021;
- Resolução do CMS nº 3 de 25/05/2021;
- Resolução do CMS nº 6 de 29/09/2021;
- Ata de Reunião do CMS de 08/06/2022;
- Ofício nº 01/COFTC de 03/02/2022;
- Ofício nº 73/2021/GP de 04/03/2021;
- Ofício 115/2021/GP de 10/03/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648482

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O Relatório Anual de Gestão-RAG/2020 da Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Após análise do instrumento apresentado verificou-se que o Relatório Anual de Gestão 2020 da SMS de Manhuaçu apresentou os seguintes resultados em ações de enfrentamento da COVID 19:

DIRETRIZ Nº 5 - Estabelecimento de resposta rápida para a prevenção, controle e tratamento da emergência de saúde de magnitude pandêmica causada pela COVID-19 -OBJETIVO Nº 5.1 - Gerenciamento eficiente e eficaz da saúde durante a crise municipal gerada pela Pandemia;

-OBJETIVO Nº 5.2 - Adequação da Rede de Saúde às Necessidades da Emergência;

-OBJETIVO Nº 5.3 - Prevenção e Tratamento da COVID-19

Verificou-se ainda, no item 9, a Execução Orçamentária e Financeira das receitas de origem Federal, Estadual e Municipal, contendo as informações sobre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional COVID-19.

Dessa forma, houve detalhamento no RAG/2020 das informações referentes aos recursos repassados pela União, pelo Estado de Minas Gerais e de Recursos Próprios do município para enfrentamento ao COVID-19, na abrangência dessa auditoria.

O Relatório Anual de Gestão 2020 da SMS de Saúde de Manhuaçu foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde por meio da Resolução 05 de 26/05/2021.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº 141/2012 Art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título IV, Capítulo I Art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão 2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu ;
- Resolução nº 5 do Conselho Municipal de Saúde de Manhuaçu do dia 26/05/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648971

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS de Manhuaçu não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que as LDO e LOA 2020 foram elaboradas, contudo a SMS não promoveu solicitação para alterações ou complementações contemplando as questões relacionadas ao combate a Pandemia do Coronavírus, não sendo identificadas as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º, incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º, incisos I, II alíneas a, b e c e o inciso III).

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 3957, de 08 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do município de Manhuaçu para o exercício de 2020 e dá outras providências (LDO 2020);
- Lei Municipal nº 4008, de 18 de Dezembro de 2019, que estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Manhuaçu para o exercício de 2020;
- Termo de Entrevista com a Secretária Municipal de Saúde A.L.A.G., tomado em 27/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos apresentou a seguinte manifestação por meio do ofício 001/2023: "Trata-se da devida alteração/complementação nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Ressalto que foi realizada pela equipe técnica da secretaria de saúde, mais especificamente pelo setor de planejamento da SMS, a solicitação por meio de ofício, para alterações e complementações necessárias as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19. Inclusive sendo estas apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde vigente à época. Tal solicitação foi encaminhada a gestão municipal para que tais adequações fossem incorporadas a LDO e LOA".

O Auditado - SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica) - e a Sra. A.L.A.G. - Pessoa Física responsabilizável à época dos fatos não apresentaram manifestação para esta constatação.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A Sra. K.G.S.S. alega que por meio de ofício foi solicitado pela Equipe Técnica da SMS e encaminhada para Gestão Municipal a fim de propiciar as devidas alterações na LDO e LOA a fim de complementar com as ações para combate ao COVID-19. No entanto, a manifestante não encaminhou comprovação documental das alegações apresentadas.

Não houve manifestação por parte do auditado e responsável A.L.A.G.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00 996.849/0001-67

Recomendação: Promover as devidas alterações/complementações nas LDO e LOA Municipais a fim de identificar as ações, programas e despesas porventura existentes em caráter de urgência/emergência decorrentes de calamidade pública na saúde conforme disposto no Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º, incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º, incisos I, II alíneas a, b e c e o inciso III).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUACU	00 996.849/0001-67

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648985

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS de Manhuaçu promoveu as devidas alterações/complementações nas LDO e LOA 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.



Evidência: Durante a auditoria, verificou-se o Poder Público Municipal de Manhuaçu complementou as LDO e LOA 2021, por meio de decretos que abrem Créditos Extraordinários/Suplementares para inclusão/reforço dos orçamentos anuais e orientam as alterações nas Leis Municipais para inclusão da natureza de despesas e ações relacionadas ao enfrentamento da Pandemia causada pelo coronavírus.

Os referidos decretos foram os seguintes:

- Decreto Municipal nº 83, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 84, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 85, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 86, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 87, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 88, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 99, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 100, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 101, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 102, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 103, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 104, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 105, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 107, de 25 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 108, de 16 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 110, de 24 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 111, de 24 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 119, de 20 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 120, de 20 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 123, de 28 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 138, de 24 de agosto de 2021;
- Decreto Municipal nº 145, de 01 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 146, de 01 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 154, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 155, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 156, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 180, de 09 de novembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 181, de 18 de novembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 193, de 10 de dezembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 194, de 10 de dezembro de 2021.

Tal fato está de acordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III).

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 4043, de 08 de junho de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do município de Manhuaçu para o exercício de 2021 e dá outras providências (LDO 2021);

- Lei Municipal nº 4081, de 21 de Dezembro de 2020, que estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Manhuaçu para o exercício de 2021;
- Decreto Municipal nº 83, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 84, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 85, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 86, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 87, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 88, de 29 de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 99, de 07 de junho de 2021;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Decreto Municipal nº 100, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 101, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 102, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 103, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 104, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 105, de 07 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 107, de 25 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 108, de 16 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 110, de 24 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 111, de 24 de junho de 2021;
- Decreto Municipal nº 119, de 20 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 120, de 20 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 123, de 28 de julho de 2021;
- Decreto Municipal nº 138, de 24 de agosto de 2021;
- Decreto Municipal nº 145, de 01 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 146, de 01 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 154, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 155, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 156, de 24 de setembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 180, de 09 de novembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 181, de 18 de novembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 193, de 10 de dezembro de 2021;
- Decreto Municipal nº 194, de 10 de dezembro de 2021;
- Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde A.L.A.G, tomado em 27/05/2022.

Conformidade: Conforme

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 01/08/2023

Ofício Nº: 482023

Data: 24/02/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica A.L.A.G. Secretária Municipal de Saúde de Manhuaçu

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 01/08/2023

Ofício Nº: 492023

Data: 24/02/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 01/08/2023

Ofício Nº: 502023

Data: 24/02/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física



VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 48/2023 foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº. 693/2023 à Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 02/03/2023, conforme AR nº BR 936552892 BR. Foi também encaminhado ofício juntamente com o Relatório Preliminar às responsáveis como pessoa física para conhecimento e manifestação, Ofício SES/AUDSUS nº. 49/2023, o qual foi recebido em 03/03/2023, conforme AR nº BR 936552929 BR e Ofício SES/AUDSUS nº. 50/2023, o qual foi recebido em 03/03/2023, conforme AR nº BR 936552915 BR.

A SMS Manhuaçu por meio do Ofício SMS nº 20/2023 datado de 17/03/2023 solicitou prorrogação do prazo para manifestação ao Relatório Preliminar de Auditoria, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSTOF-ARAS-SUS/MG nº. 1/2023, o qual foi recebido em 28/03/2023, conforme AR nº BR 936549350 BR. A Sra. K.G.S.S solicitou por meio de E-mail datado de 10/04/2023, prorrogação do prazo para manifestação ao Relatório Preliminar de Auditoria, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSTOF-ARAS-SUS/MG nº. 2/2023, o qual foi recebido em 18/04/2023, conforme AR nº BR 93653938 BR.

Transcorrido o prazo previsto na Resolução SES-MG Nº. 2.906/2011, o auditado se manifestou por meio do Ofício SMS nº 24/2023 datado de 05/05/2023 e a pessoa física K.G.S.S., por meio de Ofício nº 001/2023 datado de 07/05/2023, apresentando defesas em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. As manifestações foram analisadas pela equipe responsável pela auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será elaborado e encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

VIII - CONCLUSÃO

O Processo de Auditoria Assistencial Programada realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu e Unidade Visitada Hospital César Leite foi desencadeado por meio do Despacho nº 245/2021/SES/AUDSUS datado de 25/11/2021 que solicita seja realizada ação de Auditoria em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do CEA/SUS-MG - exercício de 2022 - que propõe a realização de auditorias nas Secretarias Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19. O Processo de Auditoria tramita no SEI sob nº 1320.01.0134846/2021-51 e foi realizada pelos auditores da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial da Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otoni (SRS/TO) e da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares (SRS/GV).

A Equipe de Auditores realizou Auditoria Analítica e Operativa, coletando dados e analisando fatos que possibilitaram os esclarecimentos, quanto à aquisição e utilização de materiais/equipamentos/insumos/medicamentos necessários para a assistência aos usuários e utilização dos recursos financeiros recebidos da União, Estado e Município para assistência aos usuários COVID-19.

O Auditado recebeu o Relatório Preliminar, assim como as pessoas físicas responsabilizáveis, encaminhado pelo ARAS Nordeste, em tempo hábil a fim de propiciar a garantia da ampla defesa para interposição de manifestação em 1ª Instância e a critério dos interessados. Transcorrido o prazo concedido, o auditado (pessoa jurídica - SMS MANHUAÇU) e a pessoa física responsabilizável à época dos fatos, Sra. K.G.S.S., se manifestaram acerca dos indícios de não conformidades elencadas no Relatório Preliminar de Auditoria. A pessoa física responsabilizável à época dos fatos, Sra. A.L.A.G., não se manifestou.

Analisada a manifestação, auditado e pessoa física que se manifestaram, não foram capazes de comprovar a regularidade e legalidade em sua integralidade acerca das constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar, devido à insuficiência de documentação comprobatória necessária para saneamento da inconformidade.

Foram ratificadas as seguintes não conformidades: inexistência de celebração de instrumentos jurídicos de repasses financeiros do SUS a instituições privadas, na aplicação de recursos financeiros do SUS, na validação das prestações de contas apresentadas pelo prestador, no



serviço de controle e avaliação no que tange a deficiências no acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do prestador e na falta de alterações/complementações nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Foram emitidas as recomendações para cada justificativa não conforme, que deverão ser implementadas, de acordo com as diretrizes emanadas pelo ordenamento jurídico do SUS.

Diante do exposto, propõe-se encaminhar Relatório Final e Ofício de Aplicação de Penalidade propostas no Relatório Final de Auditoria nº 693 ao auditado, concedendo-lhe prazo para interposição de recurso em 2ª Instância.

VII.1 - ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 693 para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade à SMS MANHUAÇU (Pessoa Jurídica);
2. Ofício de Notificação à Sra. A.L.A.G. (Pessoa Física)
3. Ofício de Notificação à Sra. K.G.S.S. (Pessoa Física)

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Manhuaçu;
2. À Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

ANEXO I - Recursos enfrentamento COVID-19 transferidos pelo FMS de Manhuaçu ao HCL

ANEXO I – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Manhuaçu ao Hospital César Leite no período de 01/03/2020 a 31/12/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL		
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Empenho (nº)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1393/2020	TC 02/2020	03/07/2020	4526/2020	745.360,96	C.C. 800025-0 AG. 4259-5 CEF		31/12/2020	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1448/2020	Aditivo TC 02/2020	03/07/2020	4525/2020	816.835,73	C.C. 800025-0 AG. 4259-5 CEF	1.563.285,79	31/12/2020	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1666/2020	Contrato 121	10/11/2020	7146/2020	1.968.000,00	C.C. 800131-0 AG. 4259-5 CEF	1.972.503,42	60 dias (31/12/20)	Não
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1769/2020	Contrato 101	03/09/2020	5835/2020	1.440.000,00	C.C. 500104-2 AG. 4259-5 CEF	Não Fornecido	30/11/2020	Não
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2021/2020	Contrato 101	03/09/2020	5835/2020	1.440.000,00	C.C. 500104-2 AG. 4259-5 CEF	Não Fornecido	30/11/2020	Não
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2996/2020	Não Tem	04/12/2020	7544/2020	960.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	479.859,63	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3295/2021	Não Tem	28/12/2020	8010/2020	480.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	480.000,00	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3296/2020	Não Tem	28/12/2020	8010/2020	480.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	500.589,84	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3454/2020	Não Tem	30/03/2021	2258/2021	960.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	960.000,00	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3538/2020	Não Tem	27/01/2021	734/2021	960.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	960.000,00	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3576/2020	Não Tem	27/01/2021	733/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim. Prestou contas de forma atrasada.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO I - Recursos enfrentamento COVID-19 transferidos pelo FMS de Manhuaçu ao HCL

ANEXO I – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Manhuaçu ao Hospital César Leite no período de 01/03/2020 a 31/12/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	431/2021	Não Tem	2060/2021	24/03/2021	480.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	476.436,41	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	561/2021	Não Tem	3181/2021	07/06/2021	646.272,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	650.364,33	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	567/2021	Não Tem	3180/2021	18/05/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	808/2021	Não Tem	3561/2021	10/06/2021	215.424,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	214.010,86	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	897/2021	Não Tem	3551/2021	10/06/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00.	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FES	-	1059/2021	Não Tem	3904/2021	27/07/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1135/2021	Não Tem	3905/2021	27/07/2021	215.424,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	211.695,62	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1407/2021	Não Tem	4484/2021	27/07/2021	215.424,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	214.567,60	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1453/2021	Não Tem	4483/2021	27/07/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	1966/2021	Não Tem	5548/2021	17/09/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2006/2021	Não Tem	5547/2021	17/09/2021	215.424,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	215.334,25	*	Sim.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO I - Recursos enfrentamento COVID-19 transferidos pelo FMS de Manhuaçu ao HCL

ANEXO I – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Manhuaçu ao Hospital César Leite no período de 01/03/2020 a 31/12/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data ppto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2237/2021	Não Tem	6775/2021	12/11/2021	1.242.000,00	C.C. 3433-7 AG. 4259-5 CEF	1.242.000,00	*	Não.	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2242/2021	Não Tem	6168/2021	14/10/2021	215.424,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	210.236,84	*	Sim.	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2336/2021	Não Tem	6167/2021	15/10/2021	1.440.000,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2595/2021	Não Tem	7208/2021	23/11/2021	215.424,00	C.C. 3338-1 AG. 4259-5 CEF	216.236,30	*	Sim.	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	2730/2021	Não Tem	7088/2021	18/11/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.	
C.C.59230-7 AG. 0316-6 BB	FNS	-	3202/2021	Não Tem	7840/2021	17/12/2021	1.440.000,00	C.C. 800135-3 AG. 4259-5 CEF	1.440.000,00	*	Sim.	
C.C.3645-5 AG. 0316-6 BB	FMS	-	-	021/2020	4358 e 5360/20	03/07 e 21/08/20	933.133,20	C.C. 800031-4 AG. 4259-5 CEF	933.133,20	26/08/2020	Sim	
C.C.63705-X AG. 0316-6 BB	FES	7461	-	TC 453/7461	3548/2021	22/06/2021	315.000,00	C.C. 3337-3 AG. 4259-5 CEF	320.725,92	21/10/2021	Sim	
					TOTAL		TOTAL REPASSADO:	27.804.145,89	TOTAL GASTO:	23.020.254,09	*Até a fase operativa da auditoria	

Fonte: 1 - Portarias Federais e Resoluções SES/MG referente ao período de 01/03/2020 a 31/12/2021.

2 - Empenhos Ordinários / Extratos Bancários

OBS: * Inexiste Instrumento Jurídico Celebrado